

Sistema de Avaliação da Educação Superior - MEC (até 2004)

O Sistema de Avaliação do ensino superior, através da utilização dos seus vários instrumentos, tem como objetivo fornecer informações e orientar as ações no sentido de estimular e fomentar iniciativas voltadas para a melhoria da qualidade do ensino, e foi instituído através do Decreto n.º 2026 de 1996 e reformulado pelo Decreto 3860 de 09/07/2001. É composto por quatro itens:

1. Censo da Educação Superior - Desempenho Global do Sistema – são utilizados dados das IES e do país tais como:

taxas de escolarização bruta e líquida; taxas de disponibilidade e de utilização de vagas para ingresso; taxas de evasão e de produtividade; tempo médio para conclusão dos cursos; índices de qualificação do corpo docente; relação média alunos por docente; tamanho médio das turmas; participação da despesa com ensino superior nas despesas públicas com educação; despesas públicas por aluno no ensino superior público, despesa por aluno em relação ao PIB por habitante nos sistemas público e privado; e proporção da despesa pública com a remuneração de professores.

2. Avaliação Institucional do desempenho individual das IES, considerando vários itens. São abordados onze itens sendo que um deles contempla a auto-avaliação realizada pela instituição. Está atualmente, destinada às Instituições de Ensino Superior privadas tendo em vista que vem sendo utilizada para credenciamento e credenciamento destas instituições.

3. Exame Nacional de Cursos e Avaliação de Condições de Ensino

3.1 Exame Nacional de Cursos/Provão

O Exame avalia os formandos de várias cursos de todo o sistema de ensino superior brasileiro (instituições públicas, privadas, confessionais e comunitárias).

Em 2000 avaliou 18 cursos, em 2001, avaliou 20 cursos (Administração, Agronomia, Biologia, Direito, Economia, Engenharia Civil, Engenharia Elétrica, Engenharia Mecânica, Engenharia Química, Física, Jornalismo, Letras, Matemática, Medicina, Medicina Veterinária, Odontologia, Psicologia, Química, Pedagogia, Farmácia) e em 2002 foram incluídos mais quatro cursos (Enfermagem, Arquitetura e Urbanismo, História e Ciências Contábeis), totalizando 24 cursos. Em 2003 serão avaliados 26 cursos com a inclusão dos cursos de Geografia e Fonoaudiologia.

Em 2001, houve alterações nos critérios de avaliação do Provão:

- anterior – curva de Gauss – A = 12%; B = 18%; C = 40%; D = 18%; E = 12%
- atual – média nacional de cada área em relação à diferença de desvio padrão onde os conceitos ficam distribuídos da seguinte forma:

A acima de um desvio padrão (inclusive) da média do Brasil

- B** desempenho entre meio (inclusive) e um desvio padrão acima da média do Brasil
- C** desempenho no intervalo de meio desvio padrão em torno da média do Brasil
- D** desempenho entre meio (inclusive) e um desvio padrão abaixo da média do Brasil
- E** abaixo de um desvio padrão (inclusive) da média do Brasil

3.2 Avaliação das Condições de Ensino

A meta da Avaliação das Condições de Ensino é que todos os cursos submetidos ao Provão, sejam avaliados por uma comissão de especialistas.

Esta metodologia está sendo utilizada também para avaliar cursos que precisam ser reconhecidos ou renovar o seu reconhecimento dentro da exigência da LDB de haver periodicidade nas avaliações dos cursos de educação superior;

A comissão avalia:

- a organização didático-pedagógica
- o corpo docente
- as instalações físicas (laboratórios, infra-estrutura, sanitários adequados para deficientes físicos, etc.)
- bibliotecas

4. Avaliação da CAPES – avalia os programas de mestrado e doutorado por área de conhecimento.